



Senador nega integrar organização criminosa

Demóstenes se defendeu ontem no processo que responde por quebra de decoro parlamentar

Em mais de cinco horas de depoimento no Conselho de Ética, o senador Demóstenes Torres negou as acusações de que defendia no Congresso interesses do contraventor Carlinhos Cachoeira, cujas atividades ilícitas disse desconhecer. Ele afirmou ter atendido apenas a pedidos “legítimos e republicanos” e se considera vítima “da maledicência da imprensa”. **4 e 5**



Senador Demóstenes Torres fala ao Conselho de Ética, observado pelo presidente do colegiado, Antonio Carlos Valadares

CORREÇÃO

A edição de ontem do **Jornal do Senado** recebeu equivocadamente o número 3.669, em vez de 3.668. Por isso, esta edição leva o número 3.669-A. Na internet (www.senado.gov.br/jornal), a numeração foi corrigida.

Rio Grande do Norte intensifica combate ao tráfico de pessoas 4

CPI da Mulher convoca dois secretários de Santa Catarina 4



Alvaro Dias acusa a CPI, presidida por Vital do Rêgo, de “blindar” governadores

CPI quebra sigilo da Delta, mas adia decisão sobre governadores 5

Especialistas: acidentes com moto já são “epidemia”

Possibilidade de morte em acidente com moto é 20 vezes maior do que com carro, segundo diretor da Associação Brasileira

de Medicina do Tráfego. Dados como esse motivaram cobrança de prevenção em debate na Comissão de Assuntos Sociais. **8**



Entre representantes de motociclistas, fabricantes e médicos, Ana Amélia (C) coordena a discussão sobre mais segurança

Preço do leite deverá ser acertado antes da venda 2

Oito florestas e parques nacionais têm novas áreas 3

Agrotóxico menos nocivo pode ganhar estímulo 3



Para José Sarney, agraciados com o Diploma José Ermírio de Moraes em sessão especial do Senado são expressões do dinamismo empresarial brasileiro

Prêmio homenageia empreendedores do Norte e do Nordeste 6

Receita Federal é criticada por não ajudar quem paga imposto 7

Requião quer debater comércio entre Brasil e Argentina 8

Senado aprova projeto que beneficia produtor de leite

Texto, que vai para sanção presidencial, diz que fábrica de laticínios precisa informar com antecedência valor que pagará por leite; medida permite que produtor escolha melhor comprador e faça planejamento

VAI PARA A sanção da presidente Dilma Rousseff um projeto de lei que obriga empresas de produção e comércio de laticínios a informar ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 do mês anterior à entrega.

A punição prevista para a empresa que descumprir a regra é o pagamento do maior preço praticado no mercado.

O projeto foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado.

A proposta original (PLC 80/11) é do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

De acordo com o relator do projeto na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Acir Gurgacz

(PDT-RO), o projeto procura intervir na relação desigual que existe entre grandes laticínios e pequenos e médios produtores — muito mais expostos ao risco das variações de preço e dos custos de produção.

Barganha

“Obrigam os laticínios a divulgar os preços que serão pagos até o dia 25 de cada mês permite ao produtor, ao menos, optar por outro laticínio [quando possível], barganhar melhores preços ou mesmo planejar o aumento ou a redução do uso de insumos na produção, a fim de obter a melhor relação

custo-benefício”, explica o senador no parecer.

Segundo Gurgacz, a produção de leite sob inspeção federal no Brasil aumentou de 16,6 bilhões de litros em 2006 para 20,97 bilhões de litros em 2010, de acordo com o IBGE.

Durante a discussão do projeto, Eduardo Braga (PMDB-AM) reconheceu a importância dos produtores de leite no Brasil e disse que a mudança atende a uma questão de justiça social.

— O projeto permite que o produtor saiba com antecedência o quanto ele poderá produzir e o quanto terá de receita — afirmou o líder do governo no Senado.



Entre os senadores Eduardo Braga e Marta Suplicy, José Sarney preside a sessão de votações no Plenário

Proposta concede aposentaria a militar com esclerose múltipla

O Senado aprovou um projeto que inclui a esclerose múltipla na lista das doenças incapacitantes que justificam concessão de reforma (aposentadoria) dos membros das Forças Armadas. O objetivo da proposta (PLC 127/11), originária do Executivo, é conferir aos servidores militares o mesmo tratamento dado aos civis, que têm a esclerose múltipla reconhecida como doença grave, que pode levar à aposentadoria por invalidez permanente.

A esclerose múltipla é uma doença neurológica que provoca dificuldades motoras e sensitivas e pode deixar sequelas no cérebro, na medula espinhal e no nervo óptico.

Novos cargos de procurador e promotor da Justiça Militar

O Plenário do Senado aprovou ontem um projeto de lei que cria um cargo de procurador da Justiça Militar e dois cargos de promotor da Justiça Militar.

O projeto (PLC 1/12), que teve Pedro Taques (PDT-MT) como relator, será enviado para a sanção presidencial.

Na análise do projeto, o relator explica que a criação da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, sediada no Distrito Federal e autorizada pela Lei 8.457/92, reclama a existência de membros do Ministério Público Militar para o desempenho de funções constitucionais e legais.

Para Casildo, impostos da folha de pagamento são exagerados



Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou preocupação com os encargos trabalhistas que incidem sobre a folha de pagamento dos trabalhadores.

Para o senador, isso impede o aumento da oferta de trabalho.

O parlamentar citou uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas que mostra que, para um vínculo de até 12 meses, o custo do empregado é de 2,83 vezes o salário registrado na carteira, por causa de impostos e burocracias da gestão do trabalho.

— É imperativo reduzir nossa carga tributária e modernizar nossa legislação, colaborando para o incremento da competitividade.

Raupp diz que Rondônia oferece ambiente propício para indústrias

Valdir Raupp (PMDB-RO) falou, no Plenário, da Semana Industrial de Rondônia, entre os últimos dias 21 e 25, promovida pela Federação das Indústrias de Rondônia.

Raupp, que participou da abertura do evento, disse que é preciso aproveitar o momento atual para levar novas indústrias para Rondônia — “estado que conta com energia, logística de transporte e incentivos fiscais”.

Ele também destacou a realização da Rondônia Rural Show, feira de tecnologia e oportunidade de negócios realizada entre os dias 24 e 27. Segundo ele, a feira tem papel fundamental na modernização da agricultura de Rondônia.

Benedito cobra rapidez no socorro a produtor rural afetado pela seca

Benedito de Lira (PP-AL) voltou a cobrar ontem que “as ações saiam do papel” em favor dos municípios do Nordeste que sofrem com a seca.

— A situação do sertanejo é grave e urgente — alertou o senador, que lembrou os recursos já destinados pelo governo federal para a região.

Segundo Benedito de Lira, a estiagem é considerada a pior dos últimos trinta anos, com perdas nas lavouras, morte de rebanhos, falta de água para consumo humano e demora nas ações prometidas pela União.

Ele também pediu atenção aos produtores de leite nordestinos, que, disse, além da seca, enfrentam uma alta nos insumos que garantem a alimentação do gado leiteiro.

Entre as ações prometidas pelo governo, segundo o senador, estão a cessão de retroscavadeiras para o preparo de reservatórios que



Benedito: mais atenção ao Nordeste

armazenarão água da chuva e a redução das tarifas de energia para adutoras que levam água ao homem do campo.

— No socorro às vítimas da seca, a presidente Dilma determina e a burocracia faz com que as coisas parem.

Em aparte, Marta Suplicy, que presidia a sessão plenária, disse que o pronunciamento era um dos mais “fortes e comoventes” que já tinha visto no Plenário. Já Casildo Maldaner (PMDB-SC) ressaltou o esforço de Benedito de Lira para garantir mais recursos para a Defesa Civil, referindo-se ao Projeto de Lei do Senado 189/10, já aprovado na Casa.

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h10 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: PEC dos Jornalistas

14h Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC 33/09, que estabelece a exigência do diploma para jornalista. A proposta está entre os itens da pauta da sessão deliberativa.

PRESIDÊNCIA: Paraguai e Marrocos

11h30 José Sarney recebe o chefe da Casa Civil do Paraguai, Miguel Perito; às 12h, o presidente da Câmara do Marrocos, Mohamed Biadillah; às 16h, preside a ordem do dia; às 20h30, sessão do Congresso.

CAS: Trabalho escravo

9h Comissão analisa projeto que proíbe concessão de crédito rural a produtor autuado por trabalho escravo e o que visa combater a pirataria de produtos submetidos à vigilância sanitária.

CCT: Código da Ciência

9h Promove debate sobre a criação do novo Código da Ciência com a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Bonciani Nader.

CE: Economia criativa

10h “Economia criativa” é o tema da audiência pública na Comissão de Educação com Cláudia Sousa Leitão, do Ministério da Cultura, entre outros.

CCJ: Formação de cadastro

10h Analisa projeto que veda a realização de concurso apenas para a formação de cadastro de reserva e o que prevê cumprimento de pena em presidio de segurança máxima por crime hediondo.

CPI DO CACHOEIRA: Cinco depoentes

10h15 Comissão ouve José Olímpio de Queiroga Neto, Gleyb Ferreira da Cruz, Lenine Araújo de Souza, Cláudio Abreu e Jayme Eduardo Rincón, nomes ligados ao contraventor Carlinhos Cachoeira.

CAE: ICMS para comércio eletrônico

14h Audiência pública discute o ICMS de comércio eletrônico com o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, e secretários de Fazenda de São Paulo, Ceará, Pará e Santa Catarina.

CMMC: Economia verde

14h A Comissão sobre Mudanças Climáticas debate economia verde e erradicação da pobreza, além do papel da governança para o desenvolvimento sustentável.

CONGRESSO: Crédito a ministério

20h30 Sessão do Congresso, na Câmara, para votar projeto que abre crédito de R\$ 90 milhões para o Ministério da Integração no Orçamento da União.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Avança projeto que estimula uso de agrotóxicos de baixa periculosidade

Para reduzir os perigos dos agrotóxicos, Ana Rita (PT-ES) defende uma política governamental que financie pesquisas e ofereça crédito aos produtores rurais que utilizarem defensivos agrícolas de baixo risco. O PLS 679/11, projeto de lei de sua autoria que prevê tais medidas, foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Faltam ainda outras duas comissões: Ciência e Tecnologia (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Ana Rita argumentou que, além de representarem riscos à saúde, os agrotóxicos convencionais prejudicam exportações. A parlamentar lembrou o recente caso das vendas de suco de laranja aos Estados Unidos que foram barradas devido a um tipo de agrotóxico proibido naquele país.

Durante a tramitação na

CMA, o texto foi alterado por Anibal Diniz (PT-AC). Em seu relatório, o senador resalta que incorporou sugestões do Ministério do Meio Ambiente e de Pedro Taques (PDT-MT). Ana Rita concordou com as mudanças.

O projeto altera a Lei 7.802/89 (Lei dos Agrotóxicos) para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. Define que o governo financiará pesquisas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).

Também prevê incentivos governamentais para o estabelecimento de unidades industriais de produção e distribuição de agrotóxicos de baixa periculosidade, além de oferta de crédito, assistência técnica e capacitação aos produtores rurais.



Segundo Vanessa, relatora da matéria, alterações contribuem para o aproveitamento hidrelétrico da Amazônia

Senado aprova mudanças em oito áreas ambientais

Medida visa alterar limites de florestas e parques nacionais para regularizar a situação de famílias que vivem em áreas de proteção ambiental e destinar terras para futuras hidrelétricas. Oposição criticou o uso de MP

O SENADO APROVOU ontem a redefinição de limites de oito unidades de conservação ambiental do país: os parques nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Matinguari; as florestas nacionais de Itaituba I, Itaituba II, do Crepori e do Tapajós; e a Área de Proteção Ambiental (APA) do Tapajós.

A decisão visa à regularização fundiária de famílias que vivem em áreas de proteção ambiental e a destinação de terras para o alagamento por usinas hidrelétricas. Prevista no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 12/12, proveniente da Medida Provisória (MP) 558/12, a matéria perderia a validade amanhã.

Com a redefinição, serão acrescentados 126.553 hectares em unidades de proteção integral (parques nacionais) e retirados 74.781 hectares de unidades de uso sustentável (florestas nacionais e APAs).

A relatora da MP, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), argumentou em seu parecer favorável ao texto que diversas comunidades tradicionalmente localizadas em áreas que posteriormente foram decretadas como unidades de conservação vivem numa situação de insegurança jurídica.

A parlamentar destacou a

importância de viabilizar o aproveitamento hidrelétrico da região amazônica, “de modo a assegurar matriz energética limpa e garantir o desenvolvimento sustentável do país e o bem-estar da população”.

Durante a discussão da MP, José Agripino (DEM-RN), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Cristovam Buarque (PDT-DF) se pronunciaram contra a aprovação. Eles consideraram que a MP fere o princípio da reserva legal, não sendo instrumento adequado para propor alteração em limites de unidades de conservação.

Modificações

O Parque Nacional da Amazônia — localizado nos municípios de Itaituba (PA), Aveiro (PA) e Maués (AM) — terá áreas do limite leste destinadas ao estabelecimento de projetos de assentamento sustentáveis, a serem criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Além disso, área da parte sul será destinada à futura Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós.

No Parque Nacional dos Campos Amazônicos, que abrange terras do Amazonas, Rondônia e Mato Grosso,

a mudança possibilitará a realocação e a consequente regularização fundiária dos ocupantes da Estrada do Estanho e dos posseiros da região chamada Ramal do Pito Aceso. Também será possível a formação do lago artificial da futura Usina Hidrelétrica de Tabajara, no rio Machado.

A mudança no Parque Nacional Matinguari, nos municípios de Canutama (AM) e Lábrea (AM), reserva área que será inundada pelos lagos das hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau e pelo canteiro de obras dessa última usina.

A redefinição nas florestas nacionais de Itaituba I e II e do Crepori, bem como na APA do Tapajós, todas no Pará, vai permitir, segundo o governo, a viabilização das hidrelétricas de São Luiz do Tapajós e de Jatobá. No mesmo estado, a Floresta Nacional do Tapajós será alterada visando à regularização das comunidades de Aveiro e São Jorge.

O texto recebeu emenda da Câmara suspendendo, até 30 de junho de 2013, a execução de dívidas de produtores vinculados ao Projeto Agroindustrial Canavieiro Abraham Lincoln, no Pará. As dívidas somam R\$ 10 milhões. A proposição vai à sanção presidencial.



Anibal Diniz fez sugestões ao projeto de Ana Rita, que apoiou as mudanças

Exigência de cheque-caução para atendimento de urgência agora é crime

Exigir cheque-caução ou outra garantia para prestar atendimento médico de urgência agora é crime. A Lei 12.653/12, publicada no *Diário Oficial da União* de ontem, acrescenta a conduta de “condicionamento de atendimento médico-hospitalar de urgência” ao Código Penal, com pena de detenção de três meses a um ano. A pena pode ser dobrada, se a falta de atendimento resultar em lesão corporal grave, e triplicada se levar à morte do paciente.

A exigência de cheque-caução já é considerada irregular pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e por órgãos de defesa do consumidor. A mudança passa a considerar a prática criminosa.

O projeto que deu origem à lei (PLC 34/12) foi aprovado no Senado no início do mês. Segundo o relator, Humberto Costa (PT-PE), o objetivo é “priorizar a vida em vez de subordinar tudo ao lucro e ao ganho”.

Criação do Prêmio Mérito Ambiental passa em comissão

O Senado deverá criar o Prêmio Mérito Ambiental, a ser concedido anualmente a “pessoas naturais ou jurídicas” que tenham desenvolvido “iniciativas relevantes na defesa do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável”. O projeto (PRS 13/12) de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), com parecer favorável de Benedito de Lira (PP-AL), foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE) e será analisada pela Comissão Diretora do Senado.

Segundo a proposta, haverá

três categorias de prêmios: responsabilidade ambiental, gestão sustentável e inovação ambiental. As indicações dos candidatos serão encaminhadas por organizações da sociedade civil à Comissão de Meio Ambiente.

A reunião também debateu o PRS 36/11, de Ana Rita (PT-ES), que retira de uma ala de gabinetes do Senado o nome do senador Filinto Müller (1900-1973) — conhecido por sua atuação como chefe da polícia política de Getúlio Vargas e por sua simpatia pelo

nazismo — e dá à mesma ala o nome do senador Luiz Carlos Prestes (1898-1990), que foi secretário-geral do Partido

Comunista Brasileiro (PCB).

O relator, Benedito de Lira, reiterou seu voto contrário alegando abertura de precedente



Senadores do colegiado discutiram também mudança de nome de ala do Senado

para mudanças frequentes e foi apoiado por Paulo Bauer (PSDB-SC), que afirmou que a troca de nomes pode ser “interessante do ponto de vista político”, mas não seria um procedimento adequado. Lídice da Mata (PSB-BA) citou que em outros países já ocorreram revisões históricas que levaram à mudança de nomes de logradouros públicos.

Paulo Paim (PT-RS) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) pediram vistas do projeto, que deverá retornar à pauta da comissão na próxima semana.

Rio Grande do Norte ganhará núcleo de combate ao tráfico de pessoas

A governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini, anunciou, durante audiência pública da CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas do Senado realizada segunda-feira na Assembleia Legislativa do estado, que vai criar um núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

A capital, Natal, está entre as mais de 200 rotas existentes no país, sobretudo para exploração sexual no exterior. O ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, também compareceu ao evento e elogiou a iniciativa.

A presidente da CPI, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que o núcleo será muito importante não só para o Rio Grande do Norte, mas para todo o país. Atualmente existem núcleos em 15 estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal.

Além de contribuir no encaminhamento para a criação do núcleo, o vice-presidente da CPI, Paulo Davim (PV-RN), comunicou que a CPI solicitará ao Ministério da Justiça a liberação da Polícia Federal para entrar no caso

das cinco crianças raptadas de dentro de suas casas no bairro Planalto (Natal), em 1998. Sem descobrir nada, a polícia trabalha com a hipótese de sequestros com fins para o tráfico de órgãos e adoção ilegal por estrangeiros. Ontem, em Plenário, Davim fez um relato da audiência realizada na véspera em Natal.

— Esse é um crime silencioso, na maioria das vezes difícil de ser detectado — disse o senador. Outro encaminhamento do colegiado no estado será ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte para que agilize o julgamento de nove processos criminais relativos a tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e aliciamento de trabalhadores dentro do país.

Na audiência também foram relatadas duas operações da Polícia Federal no estado. Em 2005, a Operação Corona resultou na prisão de estrangeiros ligados a uma máfia italiana que integravam um grupo especializado em tráfico interno e internacional de mulheres. Em 2010, a Operação Ferrari colheu indícios de que aproximadamente cem mulheres já teriam sido levadas à Itália com fins de exploração sexual. Os sena-

dores cobraram o desfecho dessas operações.

A delegada da Polícia Federal Polyana de Medeiros explicou que os dois casos tiveram muitos envolvidos. No caso da Operação Ferrari, chegou-se a deflagrar prisões, mas a Justiça absolveu os acusados. Houve um recurso do Ministério Público Federal (MPF) que ainda está sendo avaliado. “Para você combater o tráfico, precisa de uma equipe especializada. Está acontecendo treinamento, mas a equipe ainda é pouca”, ponderou a delegada.

Com base em dados da Pesquisa Nacional sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes (Pestraf), de 2002, a CPI aponta o Rio Grande do Norte como uma das principais origens nas rotas internacionais de tráfico de pessoas, em especial mulheres para fins de exploração sexual, com destino à Espanha e à Itália.

Além disso, com base em vários relatos, afirma-se que há uma intrincada rede que viabiliza a emissão de carteiros de identidade falsas, onde a idade dos indivíduos é alterada para mais, emissão de passaportes e outros itens.

A próxima audiência pública externa da comissão deve ser em Goiânia, também integrante da rota do tráfico de pessoas.

Demóstenes diz que ignorava crimes de Cachoeira e nega envolvimento

Senador apresentou ontem sua defesa ao Conselho de Ética, após três meses de silêncio desde a prisão do bicheiro, e disse ser vítima de um “conluio” entre o Ministério Público e a Polícia Federal. “A investigação deve ser feita pelo STF. As provas são totalmente ilegais e o processo foi todo montado”, alegou

“AS GRAVAÇÕES NÃO traduzem a realidade, não provam nada e há diálogos com partes que se contradizem”, afirmou Demóstenes Torres (sem partido-GO) a respeito das conversas telefônicas interceptadas pela Polícia Federal que compõem os autos de um inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF). Diálogos gravados motivaram suspeitas de que o senador atuava no Congresso em defesa de interesses do contraventor Carlinhos Cachoeira, e de que recebeu dele vantagens indevidas.

Demóstenes apresentou ontem sua defesa oral ao Conselho de Ética do Senado. Também entregou cópia de suas contas bancárias e negou que tenha recebido R\$ 1 milhão de Cachoeira, como cita o inquérito da Polícia Federal. O PSOL protocolou em março representação contra o senador no conselho pedindo cassação de mandato por quebra de decoro.

Em 2 horas e 15 minutos de depoimento e mais de 3 horas de interrogatório, Demóstenes negou conhecer as atividades ilícitas de Cachoeira, disse ser vítima “da maledicência da imprensa” e de um “conluio do Ministério Público e da Polícia Federal com vistas a destruir um parlamentar”. afirmou ter atendido apenas os pedidos “legítimos e republicanos” feitos a ele por Cachoeira:

— O resto não fiz — garantiu, negando ter conhecimento da rede criminosa operada pelo bicheiro, com quem tinha “somente amizade”.



Relator no Conselho de Ética, Humberto Costa (E), Valadares, Jayme Campos, Demóstenes e o seu advogado Antonio Carlos de Almeida Castro

— Eu só tinha uma lanterna na popa. Sabia que Cachoeira tinha contato com um empresário, que se relacionava com cinco governadores e com dezenas de políticos. Mas todos sabiam que ele tinha vida social e era recebido em todos os lugares. Só agora, com a lanterna na proa, a gente enxerga o que acontece — afirmou.

Demóstenes também alegou que as gravações telefônicas da PF são ilegais, porque o Ministério Público e a Justiça Federal de Goiás precisariam de autorização do STF para fazê-las, já que, como parlamentar, ele tem foro privilegiado. O senador disse que os diálogos foram reproduzidos de forma “descontextualizada” tanto nos relatórios da Polícia Federal quanto em matérias jornalísticas.

— A Polícia Federal afirma que

foram 298 ligações para Cachoeira; a imprensa diz 416. Só que é preciso ver o total. No mesmo período, fiz mais de 25 mil ligações com meus celulares e mais de 200 mil ligações se originaram do meu gabinete. Quantos pleitos já recebi de diferentes segmentos?

O parlamentar admitiu ter recebido um aparelho Nextel de Cachoeira, “mas apenas por comodidade, porque fazia ligações internacionais”. Confirmou que a conta, “40, 50, 60 reais por mês”, era paga por Cachoeira.

— Não tinha como imaginar que isso era usado para outras finalidades, que 40 ou mais pessoas também tinham estes aparelhos — alegou.

O senador negou receber 30% do faturamento do jogo do bicho obtido por Cachoeira em Goiás.

— Todas as autoridades que

atuaram neste inquérito disseram textualmente que eu não tenho nada a ver com jogos ilegais — afirmou.

Demóstenes reconheceu ter conversado por telefone com Cachoeira a respeito de um projeto em tramitação na Câmara sobre liberação dos jogos de azar no país, mas assegurou que não fez lobby nem tomou nenhuma providência a favor da proposta.

Disse ter atuado em favor “de todas as empresas farmacêuticas de Goiás” e não somente da Vitapan, que pertence à família de Cachoeira. E afirmou que não voou em táxi aéreo pago por Cachoeira ou pelo grupo dele. Sobre a Delta, Demóstenes disse não manter relações com Fernando Cavendish, ex-proprietário da empreiteira.

— Se tem um sócio oculto, não sou eu. Procurem com uma lupa maior.



Governadora Rosalba Ciarlini (D) anuncia o núcleo ao lado de Davim e Vanessa (3ª à esq.), em audiência da comissão

CPI da Mulher convoca secretários de SC

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga a situação da violência contra a mulher no Brasil aprovou ontem a convocação dos secretários de Saúde, Dalmo de Oliveira, e de Segurança Pública, César Grubba, de Santa Catarina. Eles já haviam sido convidados por duas vezes para audiências — uma delas em Florianópolis —, nas quais

falariam sobre a insegurança das mulheres no estado.

— O objetivo da CPI não é enfrentar as autoridades. Pelo contrário, é reforçar a estrutura do Estado e das instituições. Isso exige parcerias entre a CPI e as entidades, mas exige também compromisso e resposta — disse a presidente da comissão, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), ao defender a convocação dos secretários.

Os dois secretários enviaram representantes à audiência de ontem, mas a CPI optou por não ouvi-los. A comissão transformou, então, o convite em convocação.

Também ontem seria realizada nova reunião da CPI, às 19h, na liderança do PT no Senado, para preparar a audiência pública a ser realizada na próxima sexta-feira em Alagoas.

Humberto Costa anuncia que relatório final ficará pronto em três semanas

Encerrada a defesa de Demóstenes, o relator do caso, Humberto Costa (PT-PE), disse que seu parecer estará pronto em três semanas. O senador não quis opinar sobre o desempenho de Demóstenes. Limitou-se a dizer que a reunião foi “enriquecedora”.

— Agora o próximo passo é trabalharmos com todos os documentos disponíveis.

Ao comentar o fato de Demóstenes usar um aparelho Nextel oferecido por Cachoeira, Humberto disse “não ser usual” um parlamentar dar a uma pessoa claramente vinculada à contravenção a oportunidade de presentear-lo com um telefone.

Demóstenes deixou a sala do Conselho de Ética sem falar com a imprensa. O advogado do senador, Antônio Carlos de Almeida Castro, conhecido como Kakay, afirmou que o senador não deixou de responder nenhuma pergunta.

— Ele se saiu bem, com a verdade e com coragem — avaliou.

O advogado insistiu na tese de que o parlamentar foi investigado ilegalmente durante três anos. Para ele, além disso, ficou demonstrada a existência de diálogos deturpados e editados.



Renan Calheiros (E), Fernando Collor, Ciro Nogueira, José Pimentel, Eduardo Suplicy e Mário Couto no Conselho de Ética

Senador diz ser vítima de armação da PF e do MP

Em sua defesa no Conselho de Ética, Demóstenes Torres afirmou que delegados e integrantes do Ministério Público Federal articulam para a instalação de um “Estado polícialesco no Brasil”.

— Ou respeitamos o Supremo e a Constituição ou aceitaremos que a polícia e juízes de primeiro grau investiguem um senador.

Demóstenes afirmou que as conversas gravadas estão fora de contexto e que contratou um perito para analisar os áudios.

Fernando Collor (PTB-AL) pediu a opinião de Demóstenes sobre a atuação do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, em relação aos inquéritos das operações Vegas e Monte Carlo, da PF. Segundo Collor,

o procurador afirmou que o sobrestamento do inquérito da Operação Vegas teve o intuito de permitir a retomada das interceptações telefônicas.

— Está claro que não sobrestou nada. Ao contrário, omitiu-se ou prevaricou — disse Collor.

Demóstenes respondeu:

— O procurador-geral não pode dizer se vai ou não atuar. Há o princípio da obrigatoriedade. Ou pede o arquivamento ou oferece denúncia ou requer novas diligências à polícia. Ele prevaricou. E praticou improbidade administrativa.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Pedro Taques (PDT-MT) questionaram a versão de Demóstenes sobre a gravação em

CPI quebra sigilos da Delta nacional, mas adia convocação de governadores

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga as relações de Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados aprovou ontem a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empreiteira Delta em âmbito nacional. E adiou a votação de requerimentos pedindo a convocação de governadores sobre os quais há suspeita de envolvimento com o grupo de Cachoeira ou de relação indevida com a Delta.

O único parlamentar a votar contra a quebra dos sigilos foi o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP). Ele argumentou que isso desviará o foco das investigações. A CPI, disse ele,

“não tem a chancela para fazer uma devassa no país inteiro”. A Delta é a empresa com maior número de contratos com governos em nível federal, estadual e municipal.

— Não tenho nenhum interesse com a Delta, não conheço o senhor Fernando Cavendish, nunca recebi um tostão nem em campanha nem fora de campanha dessa empresa, mas tenho coerência e acho que a CPI, para responder a seus objetivos iniciais, não pode perder o foco — afirmou Vaccarezza.

Além da quebra dos sigilos da sede da empresa, os parlamentares aprovaram a transferência definitiva de

todos os sigilos quebrados na Operação Saint Michel, derivada da Monte Carlo, realizada no Distrito Federal. Segundo o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), isso levará para a CPI os sigilos bancário, fiscal e telefônico de Cláudio Abreu, gerente da Delta no Centro-Oeste, entre outros investigados.

— Abre-se uma gama de informações que vai permitir que a CPI possa avançar além do que a Polícia Federal fez nas operações Monte Carlo e Vegas. O passo dado hoje é o primeiro para além daquilo que já foi investigado pelo Ministério Público — avaliou o deputado.



Presidente da CPI, Vital do Rêgo (C) recebeu do governador de Goiás uma carta pondo-se à disposição para esclarecimentos

Marconi diz que quer falar à CPI do Cachoeira

O governador de Goiás, Marconi Perillo, entregou pessoalmente ao presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), uma carta em que se colocou à disposição para prestar esclarecimentos.

— Tenho a minha vida limpa, estou tranquilo, até pedi ao procurador-geral para ser investigado há quase dois meses — disse Marconi.

Alvaro Dias (PSDB-PR) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) elogiaram a decisão. Para Alvaro, há blindagem para que não sejam convocados os governadores do Distrito

Federal, Agnelo Queiroz, e do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), a atitude do governador de Goiás foi enfaçada, como “enredo de novela” da qual já se sabe o fim.

O adiamento da votação para convocar governadores foi provocado pelo deputado Gladson Cameli (PP-AC). Segundo ele, a convocação poderia ferir o princípio federativo e a autonomia entre os entes federados. Apesar do senador Pedro Taques (PDT-MT) dizer que a CPI tem prerrogativas semelhantes

às do Judiciário e pode ouvir autoridades de todos os Poderes, o presidente da comissão anunciou que esperaria parecer técnico.

O relator da CPI, deputado Odair Cunha (PT-MG), não considerou o adiamento algo ruim. Para ele, é mais importante criar um conjunto de provas que desvende a “complexa organização criminosa”, para só então ouvir o depoimento dos governadores.

— Quando for necessária a convocação dos governadores, eu defendo. Mas não é neste momento — afirmou.

Couto critica Lula com base em texto da Veja

Mário Couto (PSDB-PA) criticou o ex-presidente Lula pela tentativa, de acordo com a revista *Veja*, de adiar o julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal. Segundo a revista, Lula teria oferecido ao ministro Gilmar Mendes uma “blindagem” na CPI do Cachoeira.

— Como é que um ex-presidente da República, considerado um homem popular por ter prosseguido com aquilo que Fernando Henrique criou, que foi o Bolsa Família, num país tão pobre como o nosso, pressiona o STF para absolver aqueles que estão envolvidos no mensalão? — indagou Couto.

O senador referiu-se ainda a discurso no qual denunciou a intenção do governo de criar a CPI do Cachoeira apenas para desviar o foco do julgamento do mensalão.



Mário Couto (PSDB-PA)

Ex-mulher de Cachoeira também é convocada

Pelo menos 40 requerimentos, entre convocações, convites e pedidos de documentos foram aprovados em bloco pela CPI do Cachoeira. Serão convocados, entre outros, a ex-mulher de Cachoeira, Andréa Aprígio, o suplente de Demóstenes Torres, Wilder Moraes, e os responsáveis pela Delta em Tocantins, Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul.

Eles foram convocados na condição de testemunhas e são uma alternativa para enfrentar o silêncio dos depoentes, como Carlinhos Cachoeira, que se recusaram a falar usando o direito constitucional de não serem obrigados a produzir provas contra eles mesmos.

Também foram convocados o ex-diretor da Delta Sudeste Heraldo Puccini Neto e o vereador Elias Vaz (PSOL), de Goiânia. A CPI requisitou ainda documentos da Vitapan Indústria Farmacêutica, da Aprígio Construtora e Incorporadora e Alberto & Pantoja Construções e Transporte.

Jucá elogia ações do governo para ampliar banda larga



Romero Jucá (PMDB-RR) elogiou a atuação do governo federal na tentativa de ampliar o acesso à banda larga no país. O senador lembrou que a intenção é levar a banda larga a 70% dos domicílios brasileiros até o final de 2014. A meta anterior era até o final de 2015. Jucá disse que o governo está tomando medidas para que a meta seja atingida. O parlamentar citou a Medida Provisória 563/12, que trata de incentivos para a economia, inclusive o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga. Jucá é o relator da medida provisória no Senado. De acordo com o senador, o governo vai dar prioridade às regiões do interior e da Amazônia, onde a população carece de um serviço de internet de qualidade.

Flexa critica corte de repasse federal a municípios



Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou a suspensão de repasses do governo federal a municípios endividados. O senador citou uma reportagem segundo a qual 90% dos municípios paraenses estão impedidos de receber recursos federais por estarem em situação de inadimplência.

— Isso, lamentavelmente, não é caso somente do Pará. Os municípios brasileiros, todos eles, estão em estado de insolvência. Para o governo, é tudo muito simples: cortam-se repasses para os municípios que não estão com as contas em dia. Olha-se o efeito simplesmente, não a causa. Essa prática é simplesmente deplorável. Se fosse um governo sério, estenderia a mão e não apontaria o dedo.

Prêmio foi entregue ontem a José Carlos da Silva Junior, da Paraíba, Assis Gurgacz, de Rondônia, e Ricardo Brennand, de Pernambuco. Também foi concedido *in memoriam* a Said Samou Salomão

Diploma Ermírio de Moraes homenageia empresários

O SENADO AGRACIOU ontem, com o Diploma José Ermírio de Moraes, os empresários Assis Gurgacz, de Rondônia, José Carlos da Silva Junior, da Paraíba, e Ricardo Coimbra de Almeida Brennand, de Pernambuco. O prêmio, em sua terceira edição, também foi concedido *in memoriam* ao empreendedor de Roraima Said Samou Salomão, representado na solenidade por seu filho Samou Salomão.

O presidente do Senado, José Sarney, observou que o prêmio deste ano reconhece o empreendedorismo de personalidades de regiões mais distantes do país.

— O Brasil não pode ser uma potência econômica, militar e política se não for também uma potência cultural. Estamos homenageando os pioneiros que, nas regiões mais pobres, construíram o Brasil na sua totalidade. Eles motivam pela abordagem da cultura, uma vez que todos atuam nas áreas de comunicação ou educação — afirmou.

O presidente do Senado comparou a trajetória dos premiados à do empresário José Ermírio de Moraes, que dá seu nome ao prêmio.

— São, todos eles, expressão do dinamismo do empresário brasileiro e seguidores

do grande exemplo deixado por José Ermírio de Moraes, de compreensão de suas responsabilidades sociais, de capacidade de superar os desafios da nossa realidade e de grande amor ao Brasil — disse.

Entrega

Filho do premiado, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) entregou o diploma a Assis Gurgacz, empresário das áreas de transporte, comunicação e educação em Rondônia e no Paraná. Assis Gurgacz é fundador de uma faculdade com seu nome, a FAG, e da empresa de transporte de passageiros Eucatur. O senador ressaltou que a trajetória de seu pai coincide com o desenvolvimento de Rondônia.

— O espírito empreendedor de Assis faz as pessoas acreditarem que é possível ter sucesso em realizações por meio do caminho certo, do trabalho e da perseverança — disse.

Os três senadores da Paraíba, Cícero Lucena (PSDB), Cássio Cunha Lima (PSDB) e Vital do Rêgo (PMDB), e o ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, entregaram o diploma a José Carlos da Silva Junior. O homenageado, empresário do setor de alimentos, fundou o Grupo São Braz, maior indústria de produtos alimentícios do

Nordeste. Foi vice-governador do estado e ocupou a cadeira de senador de 1996 a 1997 e em 1999. Cícero Lucena observou que Silva Junior investiu em infraestrutura e logística, “um dos principais gargalos da produção brasileira”, para poder escoar a produção.

Armando Monteiro (PTB-PE), que preside o conselho do prêmio, e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) entregaram o prêmio ao empresário Ricardo Brennand, referência em Pernambuco nas áreas energética e de investimento e na fabricação de vidro, e criador do Instituto Brennand, museu que abriga a maior coleção privada de pinturas do artista holandês Frans Post, uma biblioteca com cerca de 40 mil volumes e uma coleção de armas e tapeçaria.

O Diploma José Ermírio de Moraes foi instituído pelo Senado em 2010 e é concedido anualmente a pessoas ou empresas que tenham prestado relevante contribuição ao desenvolvimento econômico e social do país. Também participaram da solenidade o diretor corporativo do Grupo Votorantim, Luiz Carlos Dutra, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) José Múcio Monteiro, amigos e familiares dos homenageados.



Dutra, Samou Salomão, Cícero Lucena, Armando Monteiro, Sarney, Aguinaldo Ribeiro, Assis Gurgacz, Silva Junior e Brennand

Amorim lamenta baixo investimento em educação

O senador Eduardo Amorim (PSC-SE) lamentou que o Brasil seja o país que menos investe em educação, de acordo com pesquisa realizada em 2004 pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 24 países. A pesquisa, informou, é o estudo mais recente disponível sobre o assunto e constatou que o país investe apenas 3,9% do produto interno bruto (PIB) em educação, bem distante da média mundial, que é de 6%.

Amorim informou que a situação piora nos investimentos em educação fundamental, que não ultrapassam 2,9% do PIB. De acordo com ele, as regiões Norte e Nordeste apresentam um quadro ainda mais crítico, sobretudo em suas áreas rurais.

Paim anuncia realização da Feira do Livro de Canoas

Paulo Paim (PT-RS) anunciou a realização da 28ª Feira do Livro de Canoas (RS), que terá início na sexta-feira, estendendo-se até o dia 16. O senador informou que a feira, considerada pela Câmara Rio-Grandense do Livro a segunda maior do estado, terá neste ano a participação de sete escritores estrangeiros, 149 gaúchos e 25 de outros estados.

O parlamentar ressaltou que o tema literário da 28ª Feira do Livro de Canoas será o escritor gaúcho Simões Lopes Neto, em comemoração ao centenário da primeira publicação de seu livro *Contos Gauchescos*. O patrono da feira será o escritor Jairo Luiz de Souza, indicado pela Casa do Poeta de Canoas e pela Associação Canoense de Escritores.



Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

José Cruz/Agência Senado



Senador Vicentinho Alves (C) fala durante debate sobre manutenção de aviões

Engenheiro aeronáutico sugere que Anac descentralize atendimento por todo o país

O engenheiro mecânico aeronáutico Celso Faria de Souza defendeu a regionalização da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Segundo ele, a descentralização dos serviços — hoje concentrados em São Paulo, Rio e São José dos Campos — em 27 regionais facilitaria a análise de projetos e melhoraria o atendimento.

Ele participou de uma audiência pública sobre manutenção de aviões na Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil.

— Uma pessoa que deseja comprar uma aeronave em Manaus, tem que emitir o documento no Rio de Janeiro.

Um helicóptero, para acoplar um GPS, tem que ser deslocado para São Paulo.

Para o inspetor de manutenção da Helisul Táxi-Aéreo, Salvador Coutinho Rodrigues, não deveria haver tempo de experiência para habilitação técnica de um mecânico, pois, em sua opinião, a empresa sabe como o seu funcionário trabalha e se ele está preparado.

Segundo a proprietária da Voar Globo Aviação, Alessandra Azeredo Abrão, atualmente é mais vantajoso que uma aeronave de grande ou médio porte faça manutenção no exterior.

Wellington Dias defende incentivos à aviação regional

O senador Wellington Dias (PT-PI) informou que a empresa aérea Passaredo fará voos regulares para Parnaíba (PI) a partir de julho.

O aeroporto da cidade, disse ele, está preparado para receber voos nacionais e internacionais, mas, por falta de interesse das grandes empresas, está relegado a voos particulares e de táxi-aéreo.

A cidade, afirmou, está em área privilegiada, próxima ao delta do Rio Parnaíba e aos Lençóis Maranhenses.

Ele defendeu a criação do



Wellington Dias: voos no interior

conceito de voo regional, com concorrência pública para definir empresa operadora com prazo mínimo de dez anos.

Sugeriu a concessão de incentivo com alíquota zero de tributos federais e estaduais para a compra de aeronaves para uso exclusivo nessas rotas. Os incentivos devem beneficiar o combustível vendido nos aeroportos regionais.

Clube terá de comprovar que jogador tem seguro de vida

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos determina que entidades esportivas exijam dos clubes de futebol comprovante de que atletas e técnicos têm seguro de vida e contra acidentados

A PARTICIPAÇÃO DE jogadores e treinadores de futebol nas competições pode ficar condicionada à comprovação de contratação de seguros de vida e contra acidentados pessoais. A determinação está contida num projeto de lei (PLS 531/11) do senador Zeze Perrella (PDT-MG), aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto, que será examinado em decisão terminativa (sem necessidade de passar pelo Plenário do Senado) pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), modifica o artigo 45 da Lei Pelé (9.615/98). Basicamente, são feitas duas alterações: os técnicos de futebol são incluídos na cobertura e as entidades de administração do esporte deverão exigir a comprovação do contrato do seguro.

Na justificativa, Zeze Perrella diz que os atletas profissionais estão sujeitos a condições de trabalho que muitas vezes levam a graves acidentes, a lesões e até mesmo à morte.

No entanto, as entidades que deveriam contratar os seguros muitas vezes não o fazem, segundo afirmou o senador.

— O projeto visa obrigar um efetivo cumprimento da norma legal, agora estendida aos técnicos, incentivando inclusive uma maior fiscalização da sociedade civil sobre as agremiações — afirma o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), escolhido relator *ad hoc*, no relatório favorável à matéria.

Após constatar que o projeto original restringia o seguro a eventos decorrentes de

atividade profissional, Raupp apresentou emenda para ampliar a cobertura obrigatória a eventos fora desse âmbito.

Mesmo ciente do aumento de custos para os clubes, o senador disse que a ampliação valoriza o maior patrimônio do futebol — seus jogadores e técnicos.

O projeto dá às entidades desportivas prazo de 180 dias para adequação. A partir daí, elas estarão sujeitas à responsabilização civil por eventual negligência em exigir a comprovação do contrato do seguro.



Senadores Lobão Filho, Francisco Dornelles e Valdir Raupp: votação na CAE

Senado discutirá abate e comércio de bovino

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai debater a concentração das atividades de abate e comercialização de bovinos no país. A realização da audiência, proposta pelo presidente da CAE, senador Delcídio do Amaral (PT-MS), foi aprovada ontem.

Deverão ser convidados representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abas-

tecimento, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA) e dos frigoríficos Marfrig e JBS. Poderá ser chamado também o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho.

Outra audiência pública aprovada pela comissão vai

discutir a fragilidade das contas dos municípios dentro do pacto federativo. Devem ser convidados representantes da Confederação Nacional dos Municípios, da Associação Brasileira de Municípios e da Frente Nacional de Prefeitos. O requerimento é da senadora Ana Amélia (PP-RS).

As duas audiências ainda não têm data marcada.

Receita é criticada em debate sobre Código do Contribuinte

A audiência pública realizada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre o Código de Defesa do Contribuinte foi marcada por críticas à Receita Federal. Os debatedores consideraram o órgão pouco flexível à ampliação de direitos para os pagadores de tributos.

Representando a Receita, Iágaro Martins ressaltou a importância do projeto (PLS 298/11), que regulamenta a relação entre o fisco e o contribuinte. Porém, ao analisar cada um dos artigos, criticou o código por não estabelecer os deveres do contribuinte e não oferecer meios para que a administração tributária possa aplicar a legislação vigente.

Martins, que salientou que 97% da arrecadação no Brasil

é feita através de lançamento por homologação — aquela em que o próprio contribuinte apura, declara e paga o tributo —, posicionou-se contra a vedação de meios coercitivos e sanções para a cobrança de tributos.

— A imposição de sanções é absolutamente necessária

para que se garanta a arrecadação espontânea para o país. A arrecadação espontânea é a que garante ao país o equilíbrio fiscal e um colchão para suportar a crise internacional — afirmou.

A senadora Kátia Abreu (PSD-TO), autora do projeto, comentou a exposição de

Martins criticando a resistência da Receita à flexibilização de seu modo de lidar com o contribuinte — uma relação que classificou como “ditatorial”. Para a senadora, a Receita também deve tomar providências para proporcionar transparência.

Por sua vez, o professor da Universidade de São Paulo (USP) Humberto Ávila estima que o mérito do projeto é atestado por milhares de mandados de segurança impetrados por contribuintes que têm dificuldade para regularizar a situação fiscal.

Apesar da “relação assimétrica” entre contribuinte e fisco, ele avalia que, na exposição de Iágaro, a própria Receita forneceu sugestões de modificações que acabam fortalecendo o projeto. Para Ávila, o código

põe o Brasil ao lado de países desenvolvidos, ao criar relação mais harmoniosa entre fisco e contribuinte.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Glauco Côrte, apresentou sugestões para aprimorar o código. Ele propôs, por exemplo, que, salvo ordem judicial, o fisco só examine livros e documentos oficiais de observância obrigatória.

Na opinião de Andrea Calabi, secretário de Fazenda do estado de São Paulo, o Código garante direitos excessivos aos contribuintes sem estabelecer obrigações equivalentes. No entanto, ele elogiou o projeto por reconhecer o contribuinte como “parte vulnerável” em relação ao Estado.



Eunício Oliveira (C) preside debate na CCJ com Côrte (E), Ávila, Calabi e Martins

Especialistas citam dados do trânsito no Brasil para alertar sobre a necessidade de melhor formação de motociclistas e mais investimentos em prevenção, durante audiência na Comissão de Assuntos Sociais

Acidentes com motos são “epidemia”, aponta debate

SETE EM CADA dez acidentes envolvendo motocicletas resultam em vítimas, e quatro de cada dez leitos de unidades de terapia intensiva estão ocupados por motociclistas acidentados. Especialistas que ontem participaram de debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) classificaram como “epidemia” o crescimento de acidentes com motos no Brasil.

O diretor da Associação Brasileira de Medicina do Tráfego (Abramet), Dirceu Rodrigues Alves Júnior, informou que a possibilidade de morte em acidente com moto é 20 vezes maior do que com carro. Ele cobrou mais investimentos na prevenção de acidentes, responsáveis por 40 mil mortes em 2010, lembrando que o Ministério da Saúde investiu “milhões de reais” no combate à dengue, doença que matou 592 pessoas naquele ano.

O presidente da Seguradora Líder DPVAT, Ricardo Xavier, disse que, apesar de as motos representarem um quarto da frota de veículos do país, 66% das indenizações do DPVAT são pagas a motociclistas.

A formação insuficiente de motociclistas foi apontada como uma das principais causas de acidentes. Para Valter

Ferreira da Silva, presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Rio Grande do Sul (Sindimoto-RS), a realização de aulas práticas em circuito fechado não prepara o futuro motociclista para a realidade das ruas. Orlando Bindá dos Santos, da União Estadual dos Mototaxistas do Estado do Amazonas, também criticou o processo de habilitação de motociclistas.

Má formação

Além de apontar as falhas na formação, José Eduardo Gonçalves, diretor da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas (Abraciclo), citou estudo que mostra o grande número de motociclistas sem habilitação. As falhas na formação foram confirmadas por Maria Cristina Andrade Hoffmann, do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Ela disse serem frequentes os casos de condutores que recusam a aula prática por considerarem que já sabem conduzir moto e ficam conversando com o instrutor para passar o tempo obrigatório de aula.

— Não existe fiscalização estadual. O centro de formação faz de conta que ensina, e o

Detran faz de conta que examina — disse Maria Cristina.

Além da deficiência no processo de habilitação de motociclistas, também foram citadas no debate, como causas dos acidentes, o excesso de velocidade, a fadiga resultante de longas jornadas de trabalho, além do consumo de álcool e drogas e a desatenção ao conduzir a moto.

Para os senadores que apresentaram requerimento propondo o debate — Ana Amélia (PP-RS), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Paulo Davim (PV-RN) —, é urgente a atualização da legislação, para assegurar que os motociclistas estejam efetivamente habilitados a conduzir os veículos.

Os parlamentares também criticaram o contingenciamento de R\$ 350 milhões correspondentes aos 5% da arrecadação do DPVAT, em 2011, destinados a campanhas educativas e de prevenção.

— Daria para fazer muitas ações de prevenção e evitar muitos acidentes — observou Ana Amélia.

Os senadores informaram que pretendem agilizar a tramitação de projetos de lei que tratam de regras relativas ao uso de motocicletas.



Mototaxista do Amazonas, Santos (3º à dir.) critica a habilitação da categoria no debate requerido por Ana Amélia (C)

Anibal parabeniza Rio Branco por prêmio a ser entregue hoje

Os vencedores da edição 2012 do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil, concedido pelo governo federal, foram saudados em Plenário ontem pelo senador Anibal Diniz (PT-AC). O prêmio vai ser entregue hoje a 20 projetos bem sucedidos, sendo seis deles desenvolvidos por prefeituras e 14 por organizações da sociedade civil. A solenidade será no Palácio do Planalto, com a presença da presidente Dilma Rousseff.

Anibal parabenizou cada um dos projetos premiados, destacando entre eles o da Prefeitura de Rio Branco. O Projeto Organização Social: uma Estratégia de Cooperação, Renda e Cidadania promove jardinagem e hortas comunitárias, feiras de economia e agricultura familiar, em ações ligadas à economia solidária.

Mozarildo sugere ação integrada de saúde no Brasil

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) elogiou ontem a queda de 21% no índice de mortalidade materna no Brasil em 2011, em relação ao ano de 2010. Conforme dados do Ministério da Saúde, entre janeiro e setembro de 2011, as mortes decorrentes por complicações na gravidez e no parto totalizaram 1.038, contra 1.317 no mesmo período do ano anterior.

Mas o senador alertou que há muitos casos de falta de notificação no interior do país, com mortes sem atestado de óbito. Ele sugeriu uma ação conjunta do Ministério da Saúde, com governos estaduais e prefeituras, para trabalhar com a saúde das mulheres e das crianças.

— Se dermos atenção à saúde da mulher e da criança, estaremos cuidando de 80% dos problemas de saúde do Brasil — afirmou.

Parlamentares do Brasil e Argentina debatem comércio

As dificuldades enfrentadas no comércio entre o Brasil e a Argentina deverão ser discutidas na próxima semana por parlamentares dos dois países, em debate para o qual será convidado o ministro brasileiro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel. Proposta nesse sentido, apresentada pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), foi aprovada ontem pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul).

Na opinião do senador, que preside a representação, os parlamentares têm sido “marginalizados” das discussões sobre o comércio bilateral. Ele pretende convidar representantes das Comissões de Economia da Câmara e do Senado da Argentina para um primeiro encontro, em Brasília, na terça-feira. Depois disso, os integrantes da representação brasileira fariam uma visita ao Congresso Nacional argentino.

— Em vez de promover uma guerra comercial com a Argentina, precisamos conversar. Montar um projeto comum de desenvolvimento industrial. O caminho que se delineia é o da unidade, com a participação da Venezuela,



Para Requião, parlamentares precisam ser ouvidos sobre o tema

que tem um mercado incrível. — afirmou Requião.

O ingresso definitivo da Venezuela ainda depende da aprovação do Senado do Paraguai. A adesão do quinto sócio do bloco já foi aprovada pelos Legislativos de Argentina, Brasil e Uruguai.

Durante a reunião de ontem, parlamentares do Sul do país relataram as dificuldades enfrentadas no comércio com a Argentina. O deputado Osmar Terra (PMDB-RS) informou que as maiores fábricas brasileiras de tratores e colheitadeiras, no Rio Grande do Sul, estão paralisando a produção porque não conseguem exportar para a Argentina. Além disso, as indústrias estariam sendo estimuladas pelo governo de Buenos Aires a montar suas fábricas no país vizinho.

Vanessa lembra convenção de solidariedade a Cuba

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou ontem, em Plenário, a 20ª Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba, realizada em Salvador, de quinta-feira a domingo. O evento, que contou com 300 integrantes de movimentos sociais e partidos políticos, tem por objetivo envolver o país em debates sobre integração e solidariedade com relação aos países latino-americanos e caribenhos.

— Apesar do cruel bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos, a ilha não se dobra, persiste na afirmação de seus próprios caminhos e nele avança garantindo à sua população condições dignas de saúde, educação e bem-estar — disse.

A senadora, que preside o grupo parlamentar Brasil-Cuba, informou que foi aprovada a Carta de Salvador, documento no qual destacou-se que, ao longo dessas cinco décadas, o povo cubano tem sido “exemplo de vida e heroísmo para os povos ao redor do mundo”.

Eduardo Suplicy relata encontro com Desmond Tutu

Em pronunciamento ontem, Eduardo Suplicy (PT-SP) citou trechos da palestra do ganhador do Prêmio Nobel da Paz, o bispo anglicano Desmond Tutu, em São Paulo, no 5º Congresso do Forum Internacional das Comunicações.

Segundo o senador, o bispo relatou visita que fez ao Brasil na década de 1970, quando o país ainda estava sob a ditadura militar. Tutu citou o falecido arcebispo de Olinda e Recife, dom Helder Câmara (1909-1999), que, na época, disse a ele que, quando falava em dar alimentos aos pobres, era chamado de santo, mas, quando falava em resolver o problema da pobreza, era acusado de ser comunista.

O senador relatou encontro com o bispo antes da palestra, quando relembrou a participação de Tutu no 11º Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica, em 2006, na Cidade do Cabo, na África do Sul. Suplicy lembrou que Tutu conclamou a todos a lutar a favor da renda básica.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Moreira Mariz/Agência Senado



Moreira Mariz/Agência Senado